



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

01/08/2016 ATÉ 01/08/2016



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG GILBERTO LIMA.....	1
2	CORREGEDOR (A)	
	2.1 SITE O QUARTO PODER.....	2
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG AQUILES EMIR.....	3
4	JUÍZES	
	4.1 BLOG DIEGO EMIR.....	4
	4.2 BLOG ISAÍAS ROCHA.....	5

GIRO ECONÔMICO

30/07/2016 00:00:00

Isenção - Por decisão do Tribunal de Justiça, a isenção de ICMS concedida à Eneva na importação de carvão mineral da Colômbia para geração de energia na Termelétrica Itaqui acabou. De acordo com a Secretaria de Fazenda, mais de R\$ 22 milhões deixavam de entrar nos cofres do Estado com este incentivo fiscal.

Juíza Nuza Lima assumirá a Comarca de Alto Parnaíba

01/08/2016 15:56:58

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, titularizou na Comarca de Alto Parnaíba a juíza Nuza Maria Oliveira Lima. Ela uma das cinco juízas empossadas no último dia 20 de julho. Com a titularização da magistrada, são menos cinco comarcas vagas no estado.

Natural do município de Jacobina, na Bahia, Nuza Lima já trabalhava no Judiciário maranhense como assessora de juiz em Maracaçumé.

Para a magistrada, é crucial o papel do Judiciário na melhoria das condições de vida e das políticas públicas em prol da sociedade. "Espero, sinceramente, dar o melhor de mim e corresponder ao que o povo espera de um juiz", afirmou durante a posse.

Criada pelo Decreto-Lei n.º 960/1944 e instalada no mesmo ano, a Comarca de Alto Parnaíba - distante mais de mil quilômetros de São Luís - faz parte do Polo de Imperatriz. Ela chegou a ser preenchida no fim de 2015, mas voltou a ficar sem titular em fevereiro de 2016.

O post [Juíza Nuza Lima assumirá a Comarca de Alto Parnaíba](#) apareceu primeiro em [Diego Emir](#).

Projeto a ser votado na Câmara promove demissão em massa no Judiciário

31/07/2016 00:00:00

Proposta sobre renegociação de dívidas estaduais embute cortes que afeta tribunais e Defensoria Pública.

As alterações orçamentárias que poderão resultar na demissão em massa de promotores de Justiça e de defensores públicos. Além disso, com restrições nos orçamentos do Judiciário, é possível que dezenas de comarcas judiciais espalhadas pelo interior do Brasil sejam fechadas.

El País/Brasília AFONSO BENITES

Uma proposta legislativa que deve implicar na limitação de investigações de casos de corrupção e na drástica diminuição da prestação de serviços de advocacia pública para pessoas pobres deve começar a ser votada nesta segunda-feira (01/08) pela Câmara dos Deputados, na volta do recesso parlamentar. [O projeto de lei complementar \(PLP\) 257/2016](#), que trata da renegociação das dívidas dos Estados, embute uma série de alterações orçamentárias que poderão resultar na demissão em massa de promotores de Justiça e de defensores públicos. Além disso, com restrições nos orçamentos do Judiciário, é possível que dezenas de comarcas judiciais espalhadas pelo interior do Brasil sejam fechadas. As modificações legais foram propostas em março pelo Governo Dilma Rousseff (PT) e encampadas pela gestão interina de Michel Temer (PMDB). Elas fazem parte do pacote de ajuste fiscal.

O diagnóstico do preocupante cenário para o sistema judicial foi feito ao EL PAÍS por sete especialistas e dirigentes de entidades de classe do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública. No meio judicial a proposta é conhecida como "o projeto do juízo final". "A situação é tão caótica que alguns dos Ministérios Públicos Estaduais terão de demitir todos os seus servidores e mais de 30% de seus promotores", afirmou a presidenta da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), Norma Angélica Cavalcanti.

No caso das Promotorias e dos Tribunais de Justiça a razão para a onda de demissões e de possível fechamento de comarcas é puramente técnica. Pelas regras atuais, os MPs podem gastar até 2% da receita corrente líquida dos Estados com o pagamento de pessoal. Nos TJs, esse limite é de 6%. O PLP 257/2016 modifica a Lei de Responsabilidade Fiscal e transfere para a rubrica "despesas com pessoal" algumas contas que antes não estavam previstas, como valores das gratificações, gastos com funcionários terceirizados, salários de estagiários e pagamentos de pensões e aposentadorias. Dessa forma, ao menos 15 MPs e 23 TJs deixariam de cumprir o limite previsto na legislação atual. Todos teriam um prazo de até dez anos para se adequar. Porém, já calculam que uma série de cortes ocorreria imediatamente.

O caso das Defensorias Públicas é diferente dos outros dois órgãos porque, atualmente, não há nenhuma limitação para gastos com pessoal. A proposta definiria esse teto em 0,7% da receita corrente líquida de cada Estado. Ocorre que 16 das 27 unidades da federação já extrapolam esse patamar, que é considerado baixo. Caso o projeto seja aprovado, todas elas também teriam de demitir parte de seus quadros. Dois Estados simbolizam bem esse problema: Mato Grosso do Sul (que gasta 1,8%) e Tocantins (1,2%). O primeiro estima que apenas 35 dos 173 defensores públicos continuariam em suas funções. O segundo, prevê o fechamento de 39 dos 42 núcleos espalhados pelo interior tocantinense. "Hoje, 69% das comarcas do país não têm defensores. Se o

projeto for aprovado, alguns Estados ficarão com 10 ou 15 defensores para atender toda a população pobre. Estamos diante de um retrocesso incomensurável", afirma o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADep), Joaquim Neto.

Processos mais demorados

Um levantamento prévio realizado pelo Conselho dos Tribunais de Justiça (CTJ) constatou que Estados como São Paulo e Minas Gerais (dois dos maiores do país), por exemplo, extrapolariam o novo limite em até 4,5 pontos percentuais. Hoje gastam em torno de 5% da receita líquida do Estado com pessoal, pelos cálculos poderiam a chegar entre 7,5% e 9,5%. "Nem se demitíssemos todos os comissionados conseguiríamos chegar no limite pretendido pelo projeto. Sem poder ter servidor, sem poder nomear novos juizes, várias comarcas seriam fechadas e o processo judicial, que já é moroso no Brasil, ficaria mais moroso ainda", avaliou o desembargador Pedro Bitencourt, presidente do CTJ.

Votação e mais protestos

Para tentar contornar a situação, os representantes de classe tentam ampliar o diálogo com os parlamentares e prometem ocupar os corredores do Congresso Nacional logo no primeiro dia de retomada dos trabalhos após o recesso parlamentar.

Mais

informações

em: <http://gilbertolimajornalista.blogspot.com/2016/07/projeto-ser-votado-na-camara-promove.html>

Prefeito de Bacuri é condenado por improbidade administrativa

30/07/2016 19:43:32

Por decisão judicial proferida pelo juiz Thadeu de Melo Alves, o prefeito de Bacuri, José Baldoíno Nery, foi condenado por improbidade administrativa. O julgamento em questão foi sobre o caso de irregularidades no processo licitatório de empresa que seria responsável pela contratação de transporte escolar no município. Caso começou a ser investigado pelo Ministério Público após acidente com pau-de arara, que transportava alunos, ter deixado oito estudantes mortos no município.

Na decisão, Célia Vitória Nery, ex-secretária Municipal de Educação, Gersen James Correa, o presidente da Comissão de Licitação, Vagno Setubal, que atuava como pregoeiro, Andrew Fabrício Santos, que é sócio da Conservis e a própria empresa Conservis Construções, Comércio e Serviços LTDA também foram condenados.

No decorrer do processo, foram encontradas diversas irregularidades no processo de licitação da empresa Conservis Construções, dentre as quais: a não publicação de resumo do edital e resultado da licitação; a não realização de consulta de preços correntes no mercado e inexistência de concorrência licitatória; a subcontratação integral de serviços de transporte escolar; e a contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar sem processo licitatório ou devido processo de dispensa de licitação.

Cabe ressaltar que, dois anos antes do acidente, um relatório da Controladoria Geral da União (CGU) já apontava as condições precárias do transporte escolar na cidade de Bacuri. Segundo a CGU, em 2012, quatro automóveis contratados pela prefeitura para fazer o transporte escolar, estavam em condições insalubres e impróprias para o uso de alunos. Estes veículos eram fabricados somente para o transporte de cargas, não de passageiros.

Após análise e confrontação de alguns documentos recebidos pelo Ministério Público, que investigou as irregularidades no Transporte Escolar do Município de Bacuri, no ano de 2013, foi constatado que, embora tenha sido a empresa vencedora, a Conservis Construções não tinha capacidade técnica, material, econômico-financeira e humana para a execução dos serviços.

O magistrado proferiu sentença determinando ressarcimento de R\$ 1.092.700,00 ao erário, sendo que 90% desse valor deve ser pago pelo prefeito José Baldoíno e pela ex-secretária de Educação, Célia Vitória e 10%, pelo sócio da Conservis, Andrew Fabrício, e pela própria empresa em questão.

Ele condenou, ainda, que as pessoas físicas envolvidas nos atos fraudulentos percam suas funções públicas e que seus direitos políticos sejam suspensos pelo período máximo de oito anos, além de multa civil. À pessoa jurídica, a sanção é o pagamento da multa civil, bem como o ressarcimento integral do erário e a impossibilidade de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo período de três anos.

O advogado do prefeito e da ex-secretária de Educação disse que só vai se manifestar após a citação formal deles. A produção da TV Mirante tentou contato com o advogado e um representante da empresa Conservis Construções, Comércio e Serviços, mas ninguém atendeu as ligações.

Relembre o caso

Oito estudantes secundaristas morreram em um acidente no início da noite do dia 29 de abril de 2014, na MA-303, entre Bacuri e Apicum-Açu, cidades do litoral norte do Maranhão, segundo a Secretaria Estadual de Saúde do Maranhão (SES). Inicialmente, a secretaria havia divulgado 12 mortes, mas corrigiu o número para oito.

Segundo testemunhas, por volta das 18h30, um caminhão transportando pedras se chocou de frente com uma caminhonete que levava estudantes do município de Bacuri para o Povoado Madragoa. A Polícia Militar disse que, com o impacto, o veículo caiu em uma ribanceira, o que estaria dificultando o resgate das vítimas.

Prefeitura na mira do Ministério Público

A promotora de Bacuri, Alessandra Darub, afirmou em entrevista à Rádio Mirante AM, no dia seguinte ao acidente, 30 de abril de 2014, que o Ministério Público iria apurar o acidente. De acordo com a promotora, o município e o motorista do veículo deverão ser responsabilizados.

"O Ministério Público está atuando intensamente nesse caso desde ontem. Eu tive que ir a campo pois estamos numa cidade de 17 mil pessoas onde só temos dois policiais militares e apenas um plantonista estava no hospital para atender a essa demanda. É um hospital que não tem a menor condição de atender. A situação é que tínhamos um transporte ilegal, carregando 25 estudantes na carroceria." disse.

Corregedora Anildes Cruz é convidada a participar do 72º ENCOGE

01/08/2016 12:47:51

O Colégio Permanente de Presidentes de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (CCOGE) vai se reunir no dia 11 e 12 de agosto, na sala de julgamento do Órgão Especial do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília (DF), para discutir o tema "Os Impactos do Novo Código de Processo Civil e as Corregedorias-Gerais da Justiça: tendências e resoluções".

Dentre os temas a serem debatidos nesta edição estão o Novo Código de Processo Civil e o Foro Extrajudicial. O Encontro de Corregedores é realizado a cada quatro meses pelo CCOGE, entidade que congrega corregedores do Poder Judiciário Estadual.

A desembargadora Anildes Chaves Cruz, corregedora geral da Justiça do Maranhão foi convidada para participar do encontro pela desembargadora Maria Erotides Kneip, presidente do CCOGE e corregedora-geral da Justiça do Estado do Mato Grosso.

HOMENAGEM - Sete desembargadores serão homenageados no 72º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais de Justiça do Brasil (ENCOGE) na abertura do encontro, às 9h do dia 11 de agosto. Eles receberão a Medalha de Honra ao Mérito Desembargador Décio Antônio Erpen, em razão de terem composto o Colégio.

O post [Corregedora Anildes Cruz é convidada a participar do 72º ENCOGE](#) apareceu primeiro em [O Quarto Poder](#).